

A (DIZ!)ORDEM PRÓPRIA DA LÍNGUA

NewtonFreireMURCEFILHO¹

- RESUMO: Este artigo pretende discutir o objeto da lingüística a partir da perspectiva inaugurada por Saussure (1970) segundo a qual a língua tem uma ordem própria. Para fazer isso, focalizamos a atenção sobre como a psicanálise contribui para a questão, levando em conta conceitos tais como sujeito, Outro, lei e desejo.
- PALAVRAS-CHAVE: Lingüística; língua; ordem; psicanálise; sujeito.

Introdução

[...] Quem quer manter a ordem?
Quem quer criar desordem?
É seu dever manter a ordem
É seu dever de cidadão
Mas o que é criar desordem?
Quem é que diz o que é ou não? [...]
(BRITTO; FROMER; GARIN, 1998)

Este trabalho tem como objetivo contribuir para a discussão sobre o objeto da lingüística, tal como definido por Saussure (1970) ao instituí-la como ciência, ou seja, a língua, que tem uma ordem própria. Queremos pensar de que ordem se trata.

Para isso, em um primeiro momento, fazemos um breve percurso histórico sobre os estudos lingüísticos anteriores a Saussure, principalmente no que diz respeito à questão do pensamento, da linguagem e da ordem das palavras. Abordamos o próprio fundador da lingüística moderna, no que ele trata da criação na língua e, em seguida, discutimos o objeto dessa ciência, i. e., a língua, em uma perspectiva propiciada pela psicanálise, momento em que tratamos de conceitos tais como sujeito, Outro, lei e desejo. Nessa perspectiva, centramos a atenção principalmente no Seminário (livro 5) de Lacan (1999), procurando mais especificamente refletir sobre o que estaria implicado no termo *ordem*.

Sobre o ponto a que queremos chegar na nossa reflexão, podemos adiantar, por um lado, que a língua possui uma ordenação, uma estrutura que, mesmo constituindo nada mais que uma rede de diferenças, parece indicar uma espécie de "porto seguro" por meio do qual se pode supor, por exemplo, que se trata de um objeto apreensível, que existe comunicação ou que é fonte do sentido. Mas, ao mesmo tempo, a partir dos estudos de Lacan (1998, 1999), temos que essa língua, que não dá conta de dizer tudo, é também desordenada, pois ela se abre à emergência do sujeito, à surpresa, ao equívoco, ao novo, seja na poesia, no chiste ou no ato falho. Daí

¹ Doutorado em Lingüística - IEL - Unicamp - Professor do CEPAE/UFG - CEP: 74170-030 - Goiânia - Goiás - Brasil. E-mail: freiremurce@ig.com.br.

sua ordem própria constituir também uma desordem. E para além disso, tomando o termo *ordem* em sua acepção de regra estabelecida, a língua é ainda uma injunção, uma lei, que está em tudo e antes de tudo: a língua, ao introduzir o homem no simbólico, produz um sujeito, fadado a sua eterna divisão, sujeito diferente de si mesmo, barrado, “marcado pela condição que o subordina não somente ao Outro² como lugar da fala, mas ao Outro como ele mesmo” (LACAN, 1999, p. 488-489). Não se trata, portanto, do

[...]sujeito da relação com o mundo, da relação do olho com o mundo, da relação sujeito-objeto que é a do conhecimento. É o sujeito que nasce no momento da emergência do indivíduo humano nas condições da fala, e como marcado, portanto, pelo Outro, por sua vez condicionado e marcado pelas condições da fala. (LACAN, 1999, p. 488-489).

A grande ordem da língua, sua grande injunção é esta: ao pronunciar *Diz!* ao homem, ela causa um sujeito. Para um entendimento do que significa a noção de língua como causa de sujeito, ver Leite (1998, p.6), que afirma: “o *infans* é inscrito no mundo da linguagem numa tradição (o passado), abrindo para ele o mundo das possibilidades (o futuro). Essa inscrição, de cada vez singular, estrutura, ao mesmo tempo, sujeito e língua”.

Não há como tratar do tema de maneira simples se tomamos o objeto da lingüística como sendo a língua que, ao reivindicar sua *ordem* própria, assume o que está implicado nela, isto é, sua ordenação, sua desordem e sua injunção ao dizer, pois não há como não ser falante. É nessa perspectiva que trabalhamos.

Um breve percurso histórico:

Antes de aprofundar especificamente o campo da lingüística a partir de sua instituição como ciência no século XX, é interessante trazer Auroux (1992), para quem é às reflexões sobre a linguagem que se deve a primeira revolução científica do mundo, cujo acontecimento teria ocorrido bem antes do século XIX. Ele faz uma crítica ao que chama de mitologia dos comparatistas, segundo os quais os estudos concernentes à linguagem só teriam adquirido o estatuto científico no início do século XIX com os trabalhos de Bopp. Para Auroux (1992), as primeiras reflexões sobre a linguagem humana remetem ao nascimento da escrita, que consistiu no fator necessário ao aparecimento das ciências da linguagem na virada dos terceiro e segundo milênios antes de nossa era, entre os acadianos.

Consistindo em objeto de interesse e de debate entre os estudiosos da linguagem na passagem do século XVIII para o século XIX, a questão da ordem das palavras é importante para notar como o tratamento de dado objeto define-se por determinado posicionamento teórico. As referências a respeito desse período, expostas nos próximos parágrafos, encontram-se em Delesalle e Chevalier (1986), que apresentam um percurso a respeito da relação entre linguagem e pensamento.

Nessa passagem de século, o debate nas gramáticas sobre o problema da ordem

²Mais adiante neste trabalho, tratamos mais detalhadamente do que está envolvido neste conceito. Além do grande Outro que, anterior e exterior ao sujeito, o determina, a psicanálise situa o pequeno outro, o semelhante, o parceiro imaginário, o outro especular

começa a levar mais em conta as diferenças entre as línguas, suas especificidades, o que conduz as análises para uma direção mais lingüística, gerando uma certa oposição à gramática de Port-Royal³, de 1670, em que a ordem das palavras não é uma questão lingüística, mas de lógica. De acordo com essa gramática, a linguagem representa o pensamento, havendo sempre uma substância e uma predicação sobre ela, do que resultam as frases numa ordem dada. Assim, estão em ordem natural os enunciados que se apresentam de acordo com a ordem própria do pensamento. O que não é análogo ao pensamento constitui inversão.

Um dos maiores avanços do século XVIII é proposto por Condillac⁴ (1746) e suas inovações consiste na idéia de que não existe uma ordem natural das palavras porque o pensamento não tem uma ordem dada, é espaço de simultaneidade, a língua é que dá ordem ao pensamento. Outra contribuição consiste na introdução do aspecto temporal, histórico, na abordagem das línguas, ou seja, a questão da ordem, por exemplo, não estaria ligada ao pensamento, mas a determinado momento histórico da língua, que permite dado funcionamento. Ao colocar o verbo no centro das discussões, ao invés de dois nomes, tidos como duas substâncias ligadas pela cópula, tal como se faz em Port-Royal, Condillac conduz as análises não mais para o domínio da lógica, mas para o domínio lingüístico. A partir dele, as questões de linguagem passam a ser consideradas mais independentemente de pontos de vista exteriores, como a metafísica e a filosofia.

É significativo também, em seu trabalho, o aparecimento de uma noção de sujeito por meio da consideração do locutor, que organiza sua fala de acordo com o interesse de comunicação. Para Condillac palavras se define a partir de uma hierarquia das impressões do sujeito. Note-se, pois, que ele introduz noções importantes que certamente marcam o percurso dos estudos da linguagem.

No século XIX, o debate sobre as questões lingüísticas é acirrado, e a noção de história institui-se mais definitivamente com os estudos dos comparatistas. São importantes as contribuições dos enciclopedistas como Du Marsais, por exemplo, para quem a linguagem representa o pensamento que, por sua vez, tem uma ordenação. Há posições destacáveis como as de Du Méril, A. de Chevallet e Henri Weil e outros, das quais não nos ocuparemos aqui. De qualquer maneira, é importante notar que os estudos posteriores a Port-Royal passam a ancorar-se mais em aspectos lingüísticos e que, com a entrada do sujeito e da história, desequilibra-se o domínio da lógica, instaurando um novo paradigma possível na metafísica da gramática geral e do comparatismo.

No século XX, destacamos Saussure (1970), cujo trabalho, registrado no Curso de Lingüística Geral por seus discípulos, subverte a noção de linguagem como representação, tal como considerada pelas teorias clássicas da linguagem, ao propor a teoria do valor lingüístico. Com ele, a lingüística ganha estatuto de ciência, ao estabelecer seu objeto como sendo a língua, que tem uma ordem própria. Saussure (1970) rompe com a lógica clássica no que se refere à relação entre linguagem e pensamento, pois, para ele, "o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não existem idéias preestabelecidas, e nada é

³ Cf. Delesalle e Chevalier (1986)

⁴ Cf. Delesalle e Chevalier (1986)

distinto antes do aparecimento da língua” (SAUSSURE, 1970, p.130). Com o fundador da lingüística moderna, fica excluído o sujeito falante, uma vez que a fala não deve constituir objeto de investigação. Para ele, a língua é ou a parte social da linguagem ou a linguagem menos a fala, que é individual, heterogênea e cujo tratamento científico não seria possível. Mais adiante neste trabalho, no entanto, veremos que, a partir da psicanálise, inclui-se o sujeito na estrutura, na ordem da língua. Não se pode deixar de observar, ainda, conforme nos lembra Guimarães (informação verbal)⁵, que, ao instituir a língua como objeto, Saussure (1970) abre a possibilidade para a fala retornar. Além disso, ao tratar da analogia em sua obra, ele faz comparecer a subjetividade, uma vez que para haver analogia é necessário um falante que a produza. Sobre isto, vale a pena nos determos um pouco.

Para Saussure (1970), o princípio da analogia consiste no princípio das criações da língua em geral. É de ordem psicológica e gramatical, supondo a consciência e a compreensão de uma relação que une as formas entre si. Note-se, nessas idéias, a coexistência de uma autonomia das formas da língua, que “se unem entre si”, e, ao mesmo tempo, a presença de um sujeito que vai propor criações a partir dessas mesmas formas.

Esta parte do capítulo (SAUSSURE, 1970, p.192-193) é particularmente importante porque mostra Saussure preocupado com a delimitação exata do objeto língua como autônomo e separado da fala, considerada necessariamente como um fenômeno à margem da língua. Ao mesmo tempo em que diz: “tudo é gramatical na analogia”, indicando o aspecto autônomo da língua, admite que “a criação, que lhe constitui o fim, só pode pertencer, de começo, à fala; ela é a obra ocasional de uma pessoa isolada. É nessa esfera, e à margem da língua, que convém surpreender primeiro o fenômeno”. Sua escrita obedece a um ideal de cientificidade que distribui os lugares e as maneiras de abordar o objeto. É admirável o cuidado com a especificidade do que é da língua e com o que pertence ao seu empreendimento científico e, ao mesmo tempo, o cuidado com a exclusão do que é marginal a isso, ainda que não seja possível deixar de constatar-lo e referi-lo.

No parágrafo seguinte, ele enfatiza a separação língua e fala, destacando uma vez mais a autonomia da primeira em relação à segunda:

A analogia nos ensina, portanto, uma vez mais, a separar a língua da fala [...]; ela nos mostra a segunda como dependente da primeira e nos faz tocar com o dedo o jogo do mecanismo lingüístico [...]. Toda criação deve ser precedida de uma **comparação inconsciente** dos materiais depositados no tesouro da língua, onde **as formas geradoras** se alinham de acordo com suas relações sintagmáticas e associativas. (SAUSSURE, 1970, p.192, grifo nosso).

Impressiona o leitor observar que, por mais que sua escrita sustente necessariamente a separação língua e fala, como se vê no trecho “as formas geradoras se alinham de acordo com suas relações sintagmáticas e associativas”, por exemplo, não se pode deixar de notar a presença de sujeito que mobiliza tais formas, que as coloca em funcionamento. Note-se, ainda, a referência importante que Saussure (1970) faz ao caráter inconsciente como condição de criação na lín-

⁵ Durante suas aulas no curso Modelos de Análise Lingüística, oferecido pelo professor Dr. Eduardo Guimarães, no programa de pós-graduação em lingüística da Unicamp, no primeiro semestre de 2002.

gua, embora, evidentemente, o termo *inconsciente* seja usado por ele em um sentido estritamente descritivo, e não como instância psíquica.

Vale a pena reproduzir mais um trecho do capítulo a respeito da preponderância da língua antes de fazermos outra reflexão que nos parece pertinente:

É, pois, um erro acreditar que o processo gerador só se produza no momento em que surge a criação; seus elementos já estão dados. Uma palavra que eu improvise, tal como in-decorável, já existe em potência na língua; [...] e sua realização na fala é um fato insignificante em comparação com a possibilidade de formá-la. (SAUSSURE, 1970, p.193).

O trecho citado nos permite pensar que, de um certo modo, podemos antever em Saussure (1970) a noção de que a língua causa sujeito na medida em que há um antes, da ordem própria da língua, que determina o dizer do sujeito. Não há como prescindir do que ela oferece, e apenas do que ela oferece em sua ordem, para se produzir linguagem e para se produzir sujeito. Língua e fala são, então, constitutivos porque é preciso haver língua, para haver sujeito, ao mesmo tempo em que há de haver sujeito falante para haver língua que será materna para alguém, noção derivada da idéia de que o homem se torna sujeito ao entrar no simbólico. Como observa Saussure (1970), nem todas as inovações analógicas, ainda que perfeitamente regulares, são adotadas pela língua e, nas crianças, observa-se um grande número de novas combinações porque elas “conhecem mal o uso e ainda **não lhe estão sujeitas**” (SAUSSURE, 1970, p.196, grifo nosso). Note-se que ao escrever “não lhe estão sujeitas”, ele permite uma referência à entrada do homem no simbólico como uma condição, uma injunção a tornar-se sujeito e, conseqüentemente, assujeitado ao Outro. É fundamental notar a contribuição de Saussure (1970) ao reivindicar a autonomia da língua, cuja ordem permite sua própria sustentação e mobilização ao mesmo tempo.

No capítulo V da obra (SAUSSURE, 1970), ao tratar especificamente da relação entre analogia e evolução, ele retoma a dicotomia língua e fala ao lembrar que todos os fenômenos evolutivos têm sua raiz na esfera do indivíduo e que nada entra na língua sem ter sido antes experimentado na fala. É preciso que uma primeira pessoa improvise algo novo, que outras o imitem e o repitam, até que a novidade se imponha ao uso. É interessante observar este aspecto de certo modo paradoxal da língua que proíbe e permite ao mesmo tempo, isto é, como uma ordem, ela só possibilita o que essa mesma ordem permite. No entanto, a presença de sujeito possibilita inovações que podem ser aceitas pela língua, mas, de qualquer maneira, é ela que, se assim podemos dizer, *dá sempre a última palavra*. É por isso que um chiste, ao propor uma forma nova como *famillionário*, por exemplo, produz efeito de sentido, ou seja, porque o Outro, como código, como tesouro dos significantes, sanciona tal inovação. Trata-se do que Lacan (1999, p.153) esclarece sobre o Nome-do-Pai que, como significante, no interior do Outro, funda “o fato de existir a lei, ou seja, a articulação numa certa ordem do significante”, lei que limita, mas que também possibilita seu próprio rompimento.

Ao se falar de inclusão do sujeito na ordem própria da língua, na medida em que aquele se faz necessário no movimento desta, incluindo-se a analogia, pode-se vislumbrar, com Saussure (1970), a preponderância dessa mesma ordem como causa de sujeito, ainda que tal ordem constitua também uma desordenação e a

conseqüente possibilidade de sua ruptura, atestando efeitos da presença de subjetividade na língua.

Voltando à discussão sobre o objeto da lingüística, é importante um texto de Lemos (1997), em que ela trata de diferenças entre Saussure e Chomsky, abordando as inter-relações entre a lingüística e outras ciências. Para a autora, essa questão não é irrelevante no que concerne à lingüística e prova disso é que, dentre as ciências e, particularmente, dentre as ciências humanas, a lingüística é talvez a mais preocupada com seu estatuto de ciência. Nesse sentido, ela lembra, como exemplos, as inúmeras páginas do *Curso* em que Saussure se detém na definição do objeto da lingüística ou os inúmeros capítulos dedicados por Chomsky à definição e redefinição desse objeto. Lemos (1997) considera, então, que essa preocupação consiste em um indício tanto da necessidade quanto da dificuldade de constituir uma ciência a partir de uma ordem de fenômenos que resiste à sua delimitação, bem como um indício tanto da necessidade quanto da dificuldade de assumir as conseqüências teórico-metodológicas que essa delimitação acarreta.

Conforme a lingüista (LEMOS, 1997), Chomsky trata a sintaxe como o que, nos termos de Saussure, define a ordem própria da língua ou, nos termos dele, como o que dá à língua seu caráter específico, para além de sua observabilidade enquanto fenômeno, para além de sua atualização em enunciados:

Se o encontro com essa ordem própria, para além do fenômeno e do indivíduo falante que seria, então, seu suporte, leva Saussure a supor o domínio social como lugar de origem dessa ordem, o movimento de Chomsky, uma vez pensada a autonomia da sintaxe, ou sua anterioridade lógica, é bem outro. É o de qualificá-la como um conhecimento anterior, específico à espécie, condição para a tarefa específica que é aprender uma dentre as línguas possíveis a partir dessa anterioridade lógica, que passa assim a ser representada como anterioridade biológica. (LEMOS, 1997, p.5).

Para ela, tanto o empreendimento saussuriano quanto o chomskyano correspondem, cada um ligado a um modelo de ciência⁶, a um movimento de fazer da lingüística uma ciência, o que significa um compromisso com o objetivo de identificar o que é próprio da língua, restringindo o domínio em que se podem construir proposições sobre ela.

Lemos (1997, p.8) conclui que no cerne da reflexão acerca do ideal de cientificidade a que a lingüística pode aspirar "está o problema de incluir a fala, o falante, o processo identificatório que subjaz à constituição de uma comunidade lingüística e de suas diferenças, sem excluir a língua, ou sua ordem própria".

Antes de terminarmos este breve percurso histórico e entrarmos nas leituras da psicanálise sobre a questão da língua, é importante lembrar o trabalho de Pêcheux (1988, 1997), que coloca em xeque a concepção de um sujeito intencional, dono do seu dizer e da idéia de comunicação. Ele nos interessa particularmente, porque convoca o sujeito do inconsciente ao instituir, na década de 60, a Análise do Discurso, composta de três regiões do conhecimento: o materialismo histórico, a lingüística e a teoria do discurso, campos atravessados por uma teoria não-subjetiva da subjetividade, de natureza psicanalítica. A partir de Pêcheux,

⁶ Cf. Milner (1978).

abre-se espaço para a consideração do real da língua como impossível. Para melhor entendimento de suas contribuições, ver Pêcheux (1988, 1997) e Leite (1994).

É preciso levar em conta os valiosos avanços nos estudos da área, acerca do que concerne ao objeto da lingüística, principalmente aqueles que foram introduzindo a questão da subjetividade, de uma ou de outra maneira. No entanto, é preciso destacar o papel decisivo da Análise de Discurso e daqueles trabalhos que se têm orientado mais especificamente a partir da teoria psicanalítica⁷. Para um aprofundamento a respeito do percurso histórico dos estudos lingüísticos, particularmente no que se refere à inclusão e à exclusão do sujeito e do sentido, desde a Antigüidade até o século XX, é fundamental o texto Para uma História dos Estudos sobre Linguagem, de Guimarães (2001).

A ordem própria da língua na psicanálise:

Com a obra de Lacan (1998, 1999), a partir de sua leitura de Freud e de Saussure, iniciamos esta parte do trabalho remetendo-nos ao percurso histórico que fizemos anteriormente em que mencionamos a relação linguagem e pensamento nos estudos lingüísticos. Já em Freud (1996a, p.173), lemos que "a equivalência convencional entre o psíquico e o consciente é totalmente inadequada". Em Lacan (1998), com seu aforismo *o inconsciente é estruturado como uma linguagem*, institui-se um lugar para que se trate de inconsciente ao se falar de linguagem e que se trate de linguagem ao se falar de inconsciente. Para ele, o pensamento é ordenado, organizado de acordo com as leis da linguagem, e são essas leis que produzem o sujeito, pois não há sujeito antes de sua entrada no simbólico. Em suas palavras: "penso onde não sou, logo sou onde não penso [...]. Eu não sou lá onde sou joquete de meu pensamento; penso naquilo que sou lá onde não penso pensar" (LACAN, 1998, p.521). Ele diz também:

[...] em nós há um sujeito que pensa, e pensa de acordo com leis que mostram ser as mesmas da organização da cadeia significante. Esse significante em ação chama-se, em nós, inconsciente. É o que Freud chama de a outra cena psíquica (LACAN, 1999, p.111-112).

A produção de Lacan a respeito da ciência, do sujeito e da linguagem, particularmente com a criação do termo *lalangue* (alíngua), que inclui o que a língua comporta de real, possibilita um trabalho importante do lingüista Milner (1978), a partir do qual Silveira (1997) desenvolve um estudo que nos interessa, uma vez que trata da ordem da língua. Ela reconhece, em Saussure, um legado aos lingüistas: teorizar acerca do que é específico do funcionamento da língua, ou seja, sua ordem própria. Para a autora, na medida em que se admite um conceito como o de alíngua, um certo desconforto se instala, "próprio da língua, diante do qual não há solução teórica porque a língua, conquanto inclua este real que indica uma falta no simbólico, esquiva-se da construção de um sistema que o inclua totalmente. O real atesta, assim, um mal-estar na língua" (SILVEIRA, 1997, p.1). A falta de que se trata presentifica-se no equívoco, no jogo que escapa ao sujeito, seja por meio do lapso, seja do chiste, por exemplo.

⁷ Ver por exemplo Leite (2000, 2003)

Quanto à ordem própria da língua na psicanálise, ela diz:

Esse sistema [a ordem própria da língua] funciona num regime de universalidade, ou seja, para todo e qualquer um; entretanto, o seu efeito produz singularidade, ou o sujeito do desejo. Essa sua ordem faz com que o sujeito enquanto esteja falando não saiba o que está dizendo. É esta a especificidade da releitura lacaniana da barra que divide o significante do significado saussuriano. A espessura dada à barra cumpre a função de, a partir de Lacan, comunicar a inacessibilidade do significado pelo significante, há aí uma especificidade da ordem própria da língua [...]. Quanto à ordem própria que tentamos isolar, é aquela que representa o **sujeito** e não algo de um falante para outro. Mais do que representar, essa ordem delata o sujeito, porque quando ele diz ele não sabe que se disse. (SILVEIRA, 1997, p. 20, grifo do autor).

Sobre a inclusão do sujeito na estrutura e na ordem própria da língua, ela avança afirmando:

O inconsciente tem em comum com a linguagem o jogo metaforonímico, e esse jogo é um funcionamento da **estrutura**, **estrutura** essa que é comum à linguagem e ao inconsciente. Freud nos deu como pista os movimentos de condensação e deslocamento das formações do inconsciente, e Lacan, a partir daí, sustenta que o inconsciente se estrutura como uma linguagem. A simples nomeação de um lugar comum, o jogo metaforonímico, a tais estruturas: da língua e do ser (sujeito), um dia distantes, embora constitua tarefa difícil, é condição necessária, mas não suficiente, para entender o conceito de estrutura que aí vigora. (SILVEIRA, 1997, p.53-54, grifo do autor).

Para que se instaure o jogo metaforonímico, que fundamenta o simbólico, é preciso que o sujeito seja interpelado por uma lei, a de castração, experiência que faz o sujeito aceder à linguagem.

Tendo referido o trabalho relevante de Silveira (1997), lembramos que o pensamento está submetido às leis da linguagem e que, por isso, estamos presos ao grande Outro. Neste trabalho, propomo-nos apreendê-lo em duas de suas dimensões, as quais remetemos às dimensões da ordem e da desordem da língua. Segundo Lacan (1999), há o Outro como lugar da fala, da lei, do tesouro dos significantes, e o Outro como lugar do inconsciente, da subjetivação, em que a falta vai implicar o desejo. Podemos pensar a primeira das dimensões como a de uma ordem, e a segunda, como a de uma certa desordem.

No Seminário 5, Lacan (1999, p.487) afirma: "Esse Outro institui-se e se desenha pelo simples fato de que o sujeito fala. Por esse simples fato, o grande Outro nasce como lugar da fala [...]. O Outro é invocado todas as vezes em que há fala". O grande Outro constitui um certo efeito de significante, que é a metáfora paterna que se estabelece a partir do desejo primitivo, opaco e obscuro da mãe, a princípio vedado ao sujeito, enquanto, no horizonte, aparece o Nome-do-Pai, lugar onde se articula a lei, a ordem. Sua função no complexo de Édipo é ser um significante que substitui o primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno. O Nome-do-Pai funda o fato de existir a lei. "Ele é o significante que significa que, no interior desse significante, o significante existe" (LACAN, 1999, p. 153):

[...] o Pai, com P maiúsculo, nunca é apenas um pai, mas, antes, o pai morto, o pai como portador de um significante, significante em segundo grau, que autoriza e fundamenta todo o sistema dos significantes, e que faz com que o primeiro Outro, isto é, o primeiro sujeito a quem o indivíduo falante se dirige, seja, ele mesmo, simbolizado.

É unicamente no nível desse Outro, do Outro da lei propriamente dita, e de uma lei, vou insistir nisso, encarnada, que o mundo articulado, humano, pode adquirir sua dimensão

própria. (LACAN, 1999, p.474).

Mas há também o Outro no Outro, que é o lugar onde se articula o discurso do inconsciente, articulado mas não articulável. Se o Outro fosse apenas o lugar da fala, ele não seria um Outro, propriamente falando, mas apenas o lugar organizado do sistema dos significantes, introduzindo ordem e regularidade nas trocas vitais entre os homens. Segundo Lacan (1999, p.488), "as condições da vida humana fazem com que esta seja encetada na condição da fala, e estamos submetidos ao Outro pela condição da demanda, mas sem saber o que é para ele nossa demanda". Assim é que o inconsciente é o discurso do Outro. No lugar da fala damos vida a um Outro capaz de nos responder e "a razão de ele nos ser opaco é que há nele alguma coisa que não conhecemos e que nos separa de sua resposta à nossa demanda. Isso não é outra coisa senão o que se chama seu desejo" (LACAN, 1999, p.488).

Note-se que o conceito de grande Outro convoca o enigma do desejo e sua articulação (im)possível via demanda. Essa divisão (*Spaltung*) entre o desejo e a demanda divide e produz sujeito, efeito de linguagem que é. O desejo do Outro, que Lacan menciona, situa-se entre o Outro como lugar puro e simples da fala e o Outro como um ser de carne e osso, à mercê do qual nos encontramos, no que tange à satisfação de nossa demanda. O fato de esse desejo encontrar-se aí condiciona sua relação com a simbolização da ação do significante que produz aquilo a que chamamos sujeito.

Nesse horizonte opacificado pelo obstáculo do desejo do Outro, por sua não resposta, o sujeito é remetido ao confronto de sua própria demanda, sob as formas de significantes que são englobantes em relação ao sujeito e dos quais o próprio sujeito se torna o sinal. A demanda é distinta das satisfações por que clama, e o desejo não é nem o apetite de satisfação, nem a demanda de amor, mas a diferença que resulta da subtração do primeiro à segunda, o próprio fenômeno de sua fenda (*Spaltung*). Sendo assim, "o desejo do sujeito, encontrado como o além da demanda, torna-o opaco à nossa demanda e instala seu próprio discurso como algo que, apesar de necessário à nossa estrutura, é impenetrável por certos aspectos, o que faz dele um discurso inconsciente" (LACAN, 1999, p. 491-492).

É indispensável, pois, o segundo plano de um Outro em relação ao Outro, sem o que não se pode articular o universo da linguagem, tal como se mostra eficaz na estruturação não somente das necessidades, mas daquilo cuja dimensão se chama desejo. O parágrafo seguinte ilumina o que estamos focalizando aqui por meio da oposição ordem-desordem. Nele, Lacan (1999) contrapõe a ordem, a fixidez do grande Outro, à sua outra dimensão que supõe uma aparente liberdade:

O Outro não é, pura e simplesmente, o lugar desse sistema perfeitamente organizado, fixo. Ele próprio é um Outro simbolizado, e isso é que lhe confere sua aparência de liberdade. O Outro, o Pai, no caso, o lugar onde se articula a lei, está submetido, ele mesmo, à articulação significante, e, mais do que submetido à articulação significante, é marcado por ela, com o efeito desnaturalizante que a presença do significante comporta. (LACAN, 1999, p.475).

Este efeito do significante no Outro, a marca que este carrega dele nesse nível, representa a castração que, por sua vez, remete à falta e ao significante

falo, comentado adiante.

É importante observar que a lei, submetida que é à articulação significante, sendo marcada por ela, encontra-se sempre aberta ao movimento, ao novo, ao equívoco, e isto vai caracterizar o que institui uma ordem constitutivamente passível de desordem. Trata-se de um movimento que é nada mais que pura diferença, ou seja, o próprio exercício do significante. A estrutura do significante está em ele ser articulado, o que quer dizer que suas unidades estão submetidas à dupla condição de se reduzirem a elementos diferenciais últimos e de os comporem segundo leis de uma ordem fechada. Esses elementos, descoberta decisiva da lingüística, são os fonemas. Essas leis de uma ordem fechada correspondem à cadeia significante, isto é, “anéis cujo colar se fecha no anel de um outro colar feito de anéis” (LACAN, 1999, p.505). Pelo efeito de cadeia, em que um significante remete o sujeito para outro significante, a língua produz algo que não é jamais senão pontual e evanescente, isto é, constituindo aquilo que proíbe (como lei e como ordem) e, ao mesmo tempo, aquilo que permite, que possibilita (como articulação significante, como desordem); a língua causa, produz e movimenta o sujeito.

Retomando a questão da castração, cuja injunção quer dizer que não há como não ser falante, que não há como não estar submetido à lei, tem-se que ela está referida à falta-a-ser cuja dimensão o significante introduz na vida do sujeito, justamente por seu caráter puramente diferencial. O homem, por estar fadado ao jogo de condensação e deslocamento que é o próprio funcionamento do significante, nunca pode ser total, inteiro. É preciso, então, um significante privilegiado que entra em jogo no sistema significante para responder ao que se chama significado. Trata-se do significante *falo*, o significante do significado em geral. Assim como no interior do sistema significante o Nome-do-pai tem a função de significar o conjunto do sistema significante, de autorizá-lo a existir, de fazer dele a lei, “o *falo* entra em jogo no sistema significante a partir do momento em que o sujeito tem de simbolizar, em oposição ao significante, o significado como tal, isto é, a significação” (LACAN, 1999, p.248). É fundamental, na noção de *falo*, a sua passagem metafórica à categoria de significante, da qual dependerá “toda situação possível do desejo do Outro, na medida em que o sujeito tem de encontrar nele o lugar de seu próprio desejo, tem de encontrar meios de significá-lo” (LACAN, 1999, p.496). O *falo* é o significante privilegiado, “onde a parte do logos se conjuga com o advento do desejo” (LACAN, 1998, p.699).

Antes de retomarmos a oposição ordem-desordem, lembremos que só podemos nos aproximar do desejo por meio da demanda que, por sua vez, está presa nas próprias premissas da linguagem, isto é, à existência de uma invocação, que, ao mesmo tempo, é princípio da presença e termo que permite repeli-la, jogo da presença e da ausência. Assim,

O objeto chamado pela primeira articulação já não é mais um objeto puro e simples, mas um objeto-símbolo – transforma-se naquilo que o desejo da presença faz dele” [...]. O caráter primordial da simbolização do objeto da invocação, objeto da presença, é desde logo marcado pelo fato [...] de que, no objeto, a dimensão da **máscara** aparece. (LACAN, 1999, p.342, grifo nosso).

Pela via do *falo*, o sujeito descobre-se uno através da diversidade das más-

caras, mas também torna-se dividido, marcado pela *Spaltung* entre o que é desejo e o que é máscara. Encontramo-nos diante da seguinte contradição: o Outro, como lugar da fala a quem se dirige a demanda, é também o lugar onde deve ser descoberto o desejo, sua formulação possível. Só que o Outro é habitado por um desejo – “um desejo que, inaugural e fundamentalmente, é estranho ao sujeito. Daí as dificuldades de formulação do desejo, nas quais o sujeito tropeça” (LACAN, 1999, p.419). Lacan diz que o Outro é o lugar onde o significante ordena o desejo. Só que essa ordem nada mais é que uma cadeia, elos e nós, que designam, por sua vez, um além e um aquém, produzindo sempre um resíduo, um resto. Língua e sujeito encontram-se, pois, amarrados em uma ordem que na verdade constitui uma falta de ordem, uma con-fusão. Temos, assim, diante da língua e do sujeito que é seu efeito, uma ordem, uma lei e, ao mesmo tempo, máscara, resíduo, estranhamento. Parte desse estranhamento é causado porque “é na medida em que o Outro como objeto do desejo é percebido como falo, e em que, como tal, é percebido como falta no lugar de seu próprio falo, que o sujeito experimenta uma coisa que se assemelha a uma curiosíssima vertigem” (LACAN, 1999, p.397-398). Ao nos tecer junto ao Outro, como lugar da fala, lugar de uma ordem, deparamo-nos com o vazio, pois o Outro dá o que não tem, ou seja, o amor. Vejamos este trecho:

A demanda, pelo simples fato de se articular como demanda, coloca expressamente o Outro, mesmo que não demande isso, como ausente ou presente, e como dando ou não essa presença. Ou seja, no fundo, é uma demanda de amor – demanda daquilo que não é nada, nenhuma satisfação particular, demanda do que o sujeito introduz por sua pura e simples resposta à demanda. É aí que reside a originalidade da introdução do simbólico sob a forma da demanda [...]. O desejo apresenta-se como aquilo que, na demanda de amor, é rebelde a qualquer redução a uma necessidade, porque, na realidade, não satisfaz a nada senão ele mesmo, ou seja, ao desejo como condição absoluta. (LACAN, 1999, p.394-395).

Terminamos esta parte do trabalho com uma citação do *Seminário 5* na qual Lacan (1999) se pergunta, com uma certa ironia, quem poderia ou teria interesse em organizar esse Outro, o que nos remete à nossa epígrafe, em que lemos: “quem quer manter a ordem?” (BRITTO; FROMER; GARIN, 1998), bem como ao discurso científico - do qual a Linguística faz parte - que tenta organizar, dar conta do que comporta o real, o impossível, ou seja, a própria língua. Eis o trecho:

É difícil ver quem poderia organizá-lo [o Outro]. Podemos conceber que, numa determinada sociedade, homens repletos de benevolência se dediquem a organizá-lo e a fazê-lo funcionar. Podemos até dizer que esse é um dos ideais da política moderna. Só que o Outro não é isso. (LACAN, 1999, p.475).

A (diz!) ordem que se quer:

Início as considerações finais do trabalho, transcrevendo os trechos a seguir, para fazer uma observação adiante, acerca da língua em sua ordem e desordem e dos efeitos disso na constituição do sujeito:

Não somente o homem fala, mas no homem isso fala, sua natureza torna-se tecida por efeitos onde se encontra a estrutura da linguagem em cuja **matéria** ele se transforma. Por isso **ressoa** nele, para-além de tudo o que a psicologia das idéias pôde conceber, a relação da palavra. (LACAN, 1998, p.695, grifo nosso).

Lacan esclarece no que consiste esta relação do homem com o significante:

Trata-se de encontrar, nas leis que regem essa outra cena (eine andere Schauplatz) que Freud, a propósito dos sonhos, designa como sendo a do inconsciente, os efeitos que se descobrem no nível da cadeia de elementos **materialmente instáveis** que constitui a linguagem: efeitos determinados pelo duplo jogo da combinação e da substituição no significante, segundo as duas vertentes geradoras de significado constituídas pela metonímia e pela metáfora; efeitos determinantes para a instituição do sujeito. (LACAN, 1998, p. 696, grifo nosso).

Esses trechos iluminam a noção de estrutura como ordem e como ruptura dessa mesma ordem. Da noção de estrutura como ordem, temos os processos da metáfora e da metonímia que, por se instituírem em cadeia significante, remetem a significação para outro, outro e a outro significante, e assim remetendo também o sujeito. Nesse movimento, abre-se uma via para a ruptura da estrutura, nos momentos em que a língua e o sujeito são surpreendidos por um efeito de estranhamento ou de riso, por exemplo, no caso de um chiste. É interessante notar a materialidade com que o homem é tecido pelos efeitos da estrutura de linguagem, materialidade que ressoa nele e que o transforma. Considero pertinente aqui evocar o trabalho que o ator⁸ se propõe a fazer consigo mesmo, à medida que, deliberadamente, se põe a metamorfosear-se pela via de uma pesquisa com a materialidade plástica e sonora do significante que vai ressoando e moldando seu corpo durante a composição do personagem.

Retomando o que abordamos neste texto, tratamos, em primeiro lugar, da ordem da língua considerando o efeito de sentido do termo *ordem* como estrutura, como ordenação que, a partir da psicanálise, passa a incluir uma desordenação, espaço de equívoco, de surpresa. Tomamos também o sentido de ordem como injunção, como lei que determina: *diz!* e que causa sujeito. Notamos que essa(s) ordem(ns) constitui(em) o desejo do sujeito.

No momento em que se apresenta desordenadamente, seja no equívoco, no lapso, no poético ou no chiste, por exemplo, a língua faz presente um sujeito. Esta é sua ordem. E sua injunção. E este ser, feito sujeito porque fala, busca sentido, busca uma ordem, busca um gozo. Como nos atesta Lacan (1971-1972), a incidência da linguagem num ser submete-o a leis simbólicas que lhe conferem condições para a sustentação do laço social, e a linguagem, como insistência da alteridade no ser, implica a renúncia a uma plenitude suposta da qual este é intimado a separar-se para tornar-se falante, mantendo-a, entretanto, pela tensão de um ponto de miragem do gozo absoluto.

Para mostrar melhor o que estamos entendendo aqui como busca de uma ordem, remeto outra vez ao trabalho do ator com os textos que se põe a repetir indefinidamente. Esse movimento, de um personagem para outro, de um texto para outro, pode ter relação com a demanda que busca uma resposta do Outro, uma ordem possível, algo que pudesse assegurar o sujeito. Evocamos aqui uma via para mencionar a questão da repetição que é constitutiva do trabalho do intérprete no teatro. De acordo com Sousa (1993, p. 449), a partir da leitura de Freud em *O Mal-estar na Cultura*, este é "um conceito [o de repetição] que permite dar uma

⁸ A referência a este profissional é efeito de estudos que tenho desenvolvido sobre o sujeito que trabalha com o texto teatral (MURCE FILHO, 2001).

certa ordem, impor certos limites, conferir enfim um "sentido" a um conjunto de elementos". Nas palavras de Freud:

A ordem é uma espécie de compulsão a ser repetida, compulsão que, ao se estabelecer um regulamento de uma vez por todas, decide quando, onde e como uma coisa será efetuada, e isso de tal maneira que, em todas as circunstâncias semelhantes, a hesitação e a indecisão nos são poupadas. Os benefícios da ordem são incontestáveis. (FREUD, 1996b, p.100).

A busca de uma ordem possível pode explicar, pelo menos em nossa experiência, que a vida no palco é aparentemente mais segura, exata e perfeita que a vida fora dele, porque ali o texto está pronto, os significantes que constituem o texto dramático já estão organizados de uma dada maneira, e isso conforta, assegura o sujeito. No palco, o dizer tem uma dimensão de materialidade e de verdade dificilmente atingida em qualquer outra instância. O paradoxo consiste, no entanto, no fato de que esta cadeia já pronta de significantes, este "porto seguro" infinitas vezes repetido, é o que justamente vai possibilitar sua própria ruptura no instante – porque é sempre "por um triz" – em que se entra em cena a serviço de uma mesma rede de significantes que, na verdade, nunca se repete, uma vez que cada acontecimento teatral traz, necessariamente, o novo.

Enfim, o trabalho de repetição do ator, de um a outro texto parece constituir a busca de uma ordem, na língua, de algo que ela não pode dar, ou seja, um sentido, uma resposta. Esquece-se – e é preciso que assim seja – de que a única coisa que a língua pode oferecer sempre é outro e outro e mais outro significante. É interessante pensar também na confrontação da demanda do ator com a demanda do personagem. Na medida em que o intérprete vai modificando a maneira como articula seu discurso, suas escansões, em função da composição do personagem, ele vai, de uma ou de outra maneira se modificando também, havendo uma reordenação da rede de significantes que estrutura o sujeito.

Queremos usar outro exemplo para refletir sobre a falta e a falha constitutivas da língua que acabam determinando o fazer científico, e muito mais a linguística, já que seu objeto é a própria língua. O exemplo diz respeito à ordem da língua como injunção ao dizer, à produção de discursos, à produção de outro e de outro significante. Consiste no fato de que de qualquer objeto de investigação científica, de qualquer área, sempre resta algo de que se pode descobrir mais, saber mais, enfim, algo de que se possa ainda dizer, significar mais. Não é esse resto que (im)põe o cientista a debruçar-se sobre seu objeto e produzir significantes sobre ele? Não é isso prova do poder do significante, de sua ordem, de sua injunção? Não é isso, ao mesmo tempo, prova de sua falha, de sua falta, da falta da língua que não dá conta dos objetos a conhecer? Não é essa incompletude que o sujeito não quer mas da qual não escapa e a qual nunca dominará? Como pensar o lugar da linguística que, como ciência, quer dar conta de um objeto que não se diz a não ser se dizendo *ad-infinitum*?

No final do trabalho, vale a pena evocar uma antítese tratada por Nietzsche (1998) e relacioná-la com a questão da ordem e da desordem que constituem a língua. Trata-se da oposição entre Apolo, deus da medida harmoniosa, e Dioniso, deus da embriaguez selvagem. A pesquisa feita por Alain Moreau (1998a, 1998b), a respeito de ambos os mitos na história, amplia essa noção dicotômica. Apolo,

por exemplo, não corresponde unicamente à idéia de luz, equilíbrio e harmonia, sendo visto também como deus inquietante, da sombra, portador da vida e da morte. Dioniso, por sua vez, é complexo e fugidio, considerado como o deus das metamorfoses. Porém, “no cerne da desordem dionisíaca existe uma ordem superior”, como se vê em *As Bacantes*, de Eurípides, retomado por Moreau (1998b, p.243). Dioniso passa de uma forma a outra, torna-se fantasma, reflete, duplica-se. Note-se uma certa semelhança entre o significante e esse aspecto fugidio, que se metamorfoseia, se duplica e se faz fantasma.

Queremos dizer que a língua, considerando o que temos abordado, comporta o equilíbrio, a harmonia e a luz de Apolo, na medida em que ela constitui uma ordem que nos causa e que nos permite significar. Ao mesmo tempo, ela comporta também metamorfoses, uma certa embriaguez e uma desordem, devido ao significante. Mas Apolo e Dioniso não são puramente opostos, como vimos. E assim a luz, o equilíbrio, a harmonia constituem o fugidio, o caótico, o que escapa, a ruptura que traz o novo.

E voltando à nossa epígrafe (BRITTO; FROMER; GARIN, 1998), se a significação vem do Outro, mantém-se uma ordem que é necessária e que se quer manter. Ordem que também se quer e que é desordenada porque comporta um real que insiste e comparece. Ordem em que se cria ao se mobilizar a língua, ao se deixar ser tocado por ela e escutar uma surpresa, um equívoco. É desse lugar, do Outro, do tesouro, do desejo, que se cria. Cria-se desordem numa ordem, mantendo-a e desordenando-a. Se é meu dever manter a ordem, porque dela não escapo, é também meu prazer desordená-la porque nela escuto, deslizo, sou tocado.

Agradecimentos:

Este texto é resultado de estudos desenvolvidos durante o curso *Modelos de Análise Lingüística*, oferecido pelo professor Dr. Eduardo Guimarães, do programa de pós-graduação em lingüística da Unicamp, no primeiro semestre de 2002. A ele agradeço e também aos colegas do Projeto SEMASOMa, de que este trabalho é produto, especialmente à professora Dra. Nina Virgínia de Araújo Leite, coordenadora da pesquisa.

MURCE FILHO, N. F. The unique language (dis)order. *Alfa*, São Paulo, v.48, n.1, p.119-133, 2004.

- *ABSTRACT:* This paper aims to discuss the object of linguistics based on Saussure's (1970) assumption according to which languages have their unique order. Accordingly, we focus our attention on how psychoanalysis contributes to the understanding of this issue, taking into account concepts such as subject, the Other, law, and desire.
- *KEYWORDS:* Linguistics; language; order; psychoanalysis; subject.

Referências bibliográficas

AUROUX, S. *A Revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

BRITO, S.; FROMER, M.; GARIN, C. Desordem. Interprete: Titãs. In: TITÃS. *Jesus não tem dentes no país dos bangelas*. Manaus: Warner Music Brasil, 1998. 1 CD. Faixa 4.

- DELESALLE, S.; CHEVALIER, J.C. *La linguistique, la grammaire et l'école*. Paris: Armand Colin, 1986.
- FREUD, S. O inconsciente. In: FREUD, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. v. 14, p.171-217.
- _____. O mal-estar na civilização. In: FREUD, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. v. 21, p.73-148.
- GUIMARÃES, E. Para uma história dos estudos sobre a linguagem. *Linguase Instrumentos Lingüísticos*, Campinas, n.8, p. 115-124, 2001.
- LACAN, J. *O Seminário*: livro 5: as formações do inconsciente. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.
- _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.
- _____. *Le savoir du psychanalyste*: conférences à Sainte-Anne. Inédito, versão transcrita não autorizada, 1971-1972. Não publicado.
- LEITE, N. *Psicanálise e análise do discurso*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.
- _____. *Projeto língua materna em instância paterna*. Campinas: IEL/Unicamp, 1998. Mimeografado.
- LEITE, N. (Org.). A singularidade como questão. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v.38, jan./jun., 2000. 137p.
- LEITE, N. (Org.). *Corporeidade: gestos e afetos*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- LEMOS, C. de. *Inter-relações entre a lingüística e outras ciências*. Boletim da Abralín, Rio de Janeiro, v. 22, n. 20-23, p. 1-13, 1997. Mimeografado.
- MILNER, J. C. *L'amour de la langue*. Paris: Éditions du Seuil, 1978.
- MOREAU, A. Apolo antigo: sombra e luz. In: BRUNEL, P. (Org.). *Dicionário de mitos literários*. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1998a. p.72-78.
- MOREAU, A. Dionísio antigo, o inatingível. In: BRUNEL, P. (Org.). *Dicionário de mitos literários*. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1998b. p. 239-248.
- MURCE FILHO, N. F. Corpo e escritura: uma reflexão sobre o papel do texto na escola. *Inter-Ação*, Goiânia, v.26, p.37-52, 2001.
- NIETZSCHE, F. *O nascimento da tragédia*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- SILVEIRA, E. M. *A ordem própria da língua*: um desejo inconfesso. 1997. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 1997.
- SOUSA, A. E. L. de. Compulsão à repetição. In: Kaufmann, P. (Org.). *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993. p. 448-453